

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no RE no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.639.023 - SP  
(2016/0258330-5)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**EMBARGANTE : SEIVA AGRICOLA COMERCIAL LTDA - ME**  
**ADVOGADO : ANA CAROLINA GHIZZI E OUTRO(S) - SP172134**  
**EMBARGADO : CLODOALDO APARECIDO CRUZ**  
**EMBARGADO : LUIZ FRANCISCO CRUZ**  
**ADVOGADOS : ESTEVAN LUÍS BERTACINI MARINO E OUTRO(S) -**  
**SP237271**  
**LUCINEA CRUZ - SP282646**

## **EMENTA**

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGADO. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. NÃO CABIMENTO. EMBARGOS REJEITADOS.

## **DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração, opostos por SEIVA AGRICOLA COMERCIAL LTDA - ME, contra decisão monocrática que negou seguimento ao recurso extraordinário, tendo sido sintetizada nos seguintes termos:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 93, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SUFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE EM REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 339/STF**. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. PREENCHIMENTO. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 181/STF**. SEGUIMENTO NEGADO.

Sustenta a embargante (fls. 752/755) omissão na decisão embargada, salientando que não se analisou a preliminar de preclusão recursal suscitada nas contrarrazões ao recurso extraordinário, ao argumento de que deveria ter o recorrente interposto o apelo extremo conjuntamente com o recurso especial.

Aduz que o recurso extraordinário seria intempestivo e que teria intuito manifestamente protelatório, sendo cabível a imposição de multa por litigância de má-fé.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 904).

É o relatório.

Os embargos declaratórios não comportam acolhimento.

Consoante a literalidade do artigo 1022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração são cabíveis para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, e/ou corrigir eventual erro material.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Na hipótese, a decisão embargada analisou a matéria de forma suficiente, clara, coerente e fundamentada, pronunciando-se sobre os pontos que entendeu necessários para a solução da controvérsia.

Cumpre consignar que, tendo o recurso extraordinário impugnado os fundamentos do acórdão do Superior Tribunal de Justiça e a aplicação, pelo Ministro Relator, da Súmula 7 desta Corte, não há falar em ocorrência de preclusão na espécie, muito menos em intempestividade ou em litigância de má-fé, eis que a questão constitucional aventada no apelo extremo surgiu a partir da decisão proferida no recurso especial.

Pretende a parte embargante, na verdade, a rediscussão da matéria decidida de maneira inequívoca por esta Vice-Presidência, revelando mero inconformismo com o resultado do julgamento. Todavia, o recurso aclaratório possui finalidade integrativa e, portanto, não se presta à reforma do entendimento aplicado ou ao re julgamento da causa, conforme pretende a embargante. A propósito:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. OMISSÃO INEXISTENTE. INCONFORMISMO COM A TESE ADOTADA. DETURPAÇÃO DA FUNÇÃO RECURSAL DOS DECLARATÓRIOS.

[...]

3. Com efeito, pretende a parte embargante a análise do acerto ou desacerto da decisão de admissibilidade do recurso extraordinário, sendo que, no presente caso, a questão foi decidida de maneira fundamentada e completa, mas não conforme objetivava a recorrente, uma vez que foi aplicado entendimento diverso.

4. Contudo, entendimento contrário ao interesse da parte não se confunde com omissão ou contradição, sendo inservível a oposição dos declaratórios para o fim único de reexame da matéria já decidida.

Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no RE nos EDcl no AgInt nos EDcl no RMS 29.098/MG, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, DJe 29/06/2018)

Ante o exposto, **rejeito os embargos declaratórios.**

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
Vice-Presidente